

13 de novembro de 1974, as Leis Complementares nº 444, de 27 de dezembro de 1985, n.º 506, de 27 de janeiro de 1987, n.º 669, de 20 de dezembro de 1991, n.º 679, de 22 de julho de 1992, n.º 687, de 07 de outubro de 1992, n.º 836, de 30 de dezembro de 1997, n.º 1.018, de 15 de outubro de 2007, n.º 1.041, de 14 de abril de 2008, n.º 1.144, de 11 de julho de 2011 e n.º 1.256, de 6 de janeiro de 2015, revoga as Leis Complementares nº 744, de 28 de dezembro de 1993, n.º 1.164 de 04 de janeiro de 2012, e n.º 1.191 de 28 de dezembro de 2012, e dá providências correlatas. Foi relator o Deputado Marcos Zerbini, que passou a ler as conclusões do seu voto, contrário à emenda de plenário de nº 150. Apresentado voto em separado da Deputada Professora Bebel, que foi lido pela própria Deputada, cuja conclusão é favorável à emenda substitutiva apresentada em seu relatório. Em discussão, fizeram uso da palavra as Deputadas Marcia Lia e Professora Bebel, e os Deputados Professor Walter Vicioni, Enio Tatto, Vinicius Camarinha e Emidio de Souza. Em votação nominal, foi aprovado como parecer o voto do relator, contrário à emenda de plenário de nº 150; votaram favoravelmente ao voto do relator, pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a Deputada Marta Costa (efetiva) e os Deputados Marcos Zerbini, Mauro Bragato, Thiago Auricchio, Wellington Moura, Adalberto Freitas, Estevam Galvão e Milton Leite Filho; votaram favoravelmente ao voto em separado os Deputados Emidio de Souza e Dr. Jorge do Carmo. Pela Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, votaram favoravelmente ao voto do relator os Deputados Marcos Zerbini, Bruno Ganem, Adalberto Freitas e Estevam Galvão; votou favoravelmente ao voto em separado a Deputada Professora Bebel; declarou abstenção o Deputado Professor Walter Vicioni. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, votaram favoravelmente ao voto do relator os Deputados Roberto Engler, Gilmaci Santos, Márcio da Farmácia, Alex de Madureira, Adalberto Freitas, Estevam Galvão (efetivos) e Mauro Bragato (substituto); votou favoravelmente ao voto em separado o Deputado Enio Tatto. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 2 – Emenda de Plenário ao PLC 10/2022, tramitando em Regime de Urgência, de autoria do Senhor Governador, que "Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007". Foi relator o Deputado Marcos Zerbini, com voto contrário à emenda de plenário de nº 6. Colocado em discussão e votação, foi aprovado como parecer o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Leticia Chamy Farkuh, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei esta ata que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, concluindo-se os trabalhos. Ambiente Virtual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 23 de março de 2022.

Deputado Mauro Bragato
Presidente
Leticia Chamy Farkuh
Secretária

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às dez horas, em Ambiente Virtual e transmitida ao vivo pela Rede AleSp, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Quarta Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea "d", combinado com o artigo 68, ambos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e presidida, nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Gilmaci Santos. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação estiveram presentes as Senhoras Deputadas Marta Costa (efetiva), Dra. Damaris Moura e Marcia Lia (substituta), e os Senhores Deputados Marcos Zerbini, Delegado Olim, Adalberto Freitas, Estevam Galvão, Milton Leite Filho (membros efetivos) e Gilmaci Santos (membro substituto). Ausentes os Senhores Deputados Emidio de Souza, Paulo Fiorilo, Carlos Cezar, Mauro Bragato, Thiago Auricchio e Wellington Moura. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes a Senhora Deputada Dra. Damaris Moura e os Senhores Deputados Enio Tatto, Roberto Engler, Gilmaci Santos, Delegado Olim, Alex de Madureira, Edson Giriboni, Adalberto Freitas e Estevam Galvão (membros efetivos). Ausentes os Senhores Deputados Dirceu Dalben e Márcio da Farmácia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar a seguinte ordem do dia: Item 1 - PLC n.º 04/2022, tramitando em Regime de Urgência, de autoria da Mesa, que "Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo." Foi relator o Deputado Delegado Olim, que procedeu à leitura das conclusões do seu voto, favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas. Foi apresentado voto em separado do Deputados Enio Tatto, Emidio de Souza e Paulo Fiorilo, favorável ao projeto e às emendas 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, na forma do substitutivo apresentado. Colocado em discussão, fez uso da palavra o Senhor Deputado Enio Tatto. Em votação nominal, foi aprovado como parecer o voto do relator; votaram favoravelmente ao voto do relator, pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, as Deputadas Marta Costa e Dra. Damaris Moura e os Deputados Marcos Zerbini, Delegado Olim, Adalberto Freitas, Estevam Galvão, Milton Leite Filho e Gilmaci Santos; votou favoravelmente ao voto em separado a Deputada Marcia Lia. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, votaram favoravelmente ao voto do relator a Deputada Dra. Damaris Moura e os Deputados Gilmaci Santos, Delegado Olim, Alex de Madureira, Edson Giriboni, Adalberto Freitas e Estevam Galvão; votaram favoravelmente ao voto em separado os Deputados Roberto Engler e Enio Tatto. Aprovado como parecer o voto do relator, favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas. Item 2 - PLC n.º 05/2022, tramitando em Regime de Urgência, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que "Altera a Lei Complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006, quanto à reclassificação dos vencimentos do Defensor Público-Geral do Estado e dá outras providências." Foi relator o Deputado Alex de Madureira, com voto favorável à proposição. Colocado em discussão e votação, foi aprovado como parecer o voto do relator. Item 3 - PLC n.º 06/2022, tramitando em Regime de Urgência, de autoria Defensoria Pública do Estado, que "Altera a Lei Complementar nº 1.050, de 24 de junho de 2008, quanto à reclassificação dos vencimentos do Subquadro de Cargos de Apoio da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências". Foi relator o Deputado Delegado Olim, com voto favorável à proposição. Colocado em discussão e votação, foi aprovado como parecer o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Leticia Chamy Farkuh, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei esta ata que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, concluindo-se os trabalhos. Ambiente Virtual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 29 de março de 2022.

Deputado Gilmaci Santos
Presidente
Leticia Chamy Farkuh
Secretária

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às catorze horas e quarenta e cinco minutos, em Ambiente Virtual e transmitida ao vivo pela Rede AleSp, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Quarta Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea "d", combinado com o artigo 68, ambos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e presidida, nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Gilmaci Santos. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação estiveram presentes as Senhoras Deputadas Marta Costa (efetiva) e Carla Morando (substituta), e os Senhores Deputados Paulo Fiorilo, Marcos Zerbini, Delegado Olim, Adalberto Freitas e Estevam Galvão (membros efetivos). Ausentes os Senhores Deputados Emidio de Souza, Carlos Cezar, Mauro Bragato, Thiago Auricchio, Wellington Moura e Milton Leite Filho. Pela Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, estiveram presentes os Senhores Deputados Marcos Zerbini, Altair Moraes, Bruno Ganem, Adalberto Freitas, Estevam Galvão (membros efetivos) e Delegado Olim (membro substituto). Ausentes os Senhores Deputados Teonilio Barba, Coronel Telhada, Professor Walter Vicioni e Marcio Nakashima. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes a Senhora Deputada Dra. Damaris Moura e os Senhores Deputados Enio Tatto, Gilmaci Santos, Márcio da Farmácia, Delegado Olim, Alex de Madureira, Edson Giriboni, Adalberto Freitas e Estevam Galvão (membros efetivos). Ausentes os Senhores Roberto Engler e Dirceu Dalben. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar a seguinte ordem do dia: PLC n.º 08/2022, tramitando em Regime de Urgência, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que "Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com a Lei nº 12.680, de 16 de julho de 2007." Foi relator o Deputado Alex de Madureira, com voto favorável à proposição e contrário à Emenda nº 1. Colocado em discussão e votação, foi aprovado como parecer o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Leticia Chamy Farkuh, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei esta ata que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, concluindo-se os trabalhos. Ambiente Virtual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 29 de março de 2022.

Deputado Gilmaci Santos
Presidente
Leticia Chamy Farkuh
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às catorze horas, no Ambiente Virtual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quinta Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Quarta Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, sob presidência do Deputado Mauro Bragato. Presentes a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Emidio de Souza, Paulo Fiorilo, Marcos Zerbini, Mauro Bragato, Delegado Olim, Adalberto Freitas, Estevam Galvão (membros efetivos), o Senhor Deputado Daniel José (membro substituto). Ausentes os Senhores Deputados Wellington Moura, Milton Leite Filho. O Deputado Thiago Auricchio justificou ausência. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Item 1 - Projeto de lei nº 92/2019, de autoria do Deputado Frederico d'Ávila, que Institui o Programa Cívico-Militar no ensino fundamental e médio da rede pública e privada de ensino. Foi relator o Deputado Emidio de Souza com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo nº 1, e contrário às emendas 1 e 2. Concedida vista a Deputada Marta Costa. Item 2 - Projeto de lei nº 97/2019, de autoria do Deputado Itamar Borges, que Classifica como de Interesse Turístico o Município de Tabapuã. Foi relator o Deputado Thiago Auricchio com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 3 - Projeto de lei nº 1072/2019, de autoria da Deputada Isa Penna, que Torna obrigatória a implantação do Programa de Integridade com o Meio Ambiente nas pessoas jurídicas que contratarem com a administração pública do Estado. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. O Deputado Paulo Fiorilo apresentou voto em separado, favorável ao projeto na forma do substitutivo. O Deputado Wellington Moura apresentou voto em separado, contrário. Em votação nominal, votaram com o voto em separado do Deputado Paulo Fiorilo a Deputada Marta Costa e os Deputados Paulo Fiorilo, Emidio de Souza, Marcos Zerbini, Daniel José, Mauro Bragato e Delegado Olim. Aprovado como parecer o voto em separado do Deputado Paulo Fiorilo, favorável ao projeto na forma do substitutivo. Item 4 - Projeto de lei nº 1126/2019, de autoria do Deputado José Américo, que Denomina "Francine Maia França" o Hospital Regional do Litoral Norte, em Caraguatatuba. Foi relator o Deputado Emidio de Souza com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 5 - Projeto de lei nº 94/2020, de autoria do Deputado Reinaldo Alzug, que Denomina "Vanderlei Tartari Monteiro" a penitenciária masculina, em Tupi Paulista. Foi relator o Deputado Emidio de Souza com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 6 - Projeto de lei nº 570/2020, de autoria do Deputado Ricardo Madalena, que Institui a "Semana Estadual do Rádio". Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 7 - Projeto de lei nº 700/2020, de autoria do Deputado Bruno Ganem, que Institui o selo "Escola de Excelência" no Estado. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 8 - Projeto de lei nº 170/2021, de autoria do Deputado Fernando Cury, que Revoga a Lei nº 9.994, de 20 de dezembro de 1967, que dispõe sobre denominação de instituições de amparo à infância. Foi relator o Deputado Marcos Zerbini com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 9 - Projeto de lei nº 216/2021, de autoria do Deputado Daniel José e outros, que Cria o Índice de Qualidade do Ensino do Município - IQEM e altera a redação da Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela pertencente aos municípios do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias. Foi relator o Deputado Marcos Zerbini com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Daniel José e ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 10 - Projeto de lei nº 309/2021, de autoria da Deputada Carla Morando, que Denomina "Astor Paulo Gustavo" o túnel TA-01, localizado no km 45,468 Norte da Rodovia Anchieta, em Cubatão. Foi relator o Deputado Emidio de Souza com voto favorável ao projeto na forma do subs-

titutivo. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 11 - Projeto de lei nº 316/2021, de autoria do Deputado Castello Branco, que Institui o "Selo Empresa Incentivadora da Educação de Funcionários". Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 12 - Projeto de lei nº 325/2021, de autoria do Deputado Tenente Nascimento, que Denomina "Senador Major Olimpio" a Rodovia SP-348, que interliga São Paulo a Cordeirópolis. Aprovado a Cota. Item 13 - Projeto de lei nº 364/2021, de autoria do Deputado Carlos Giannazi, que Denomina "Professor Milton Santos" a Escola Estadual Morro Doce, na Capital. Foi relator o Deputado Wellington Moura com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 14 - Projeto de lei nº 369/2021, de autoria do Deputado Major Mecca, que Institui o Programa de Proteção à Agente de Segurança Pública Gestante. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora e registrado o voto contrário do Deputado Marcos Zerbini. Item 15 - Projeto de lei nº 405/2021, de autoria do Deputado Rodrigo Gambale, que Inclui no Calendário Oficial do Estado a Encenação da Paixão de Cristo, em Santa Isabel. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 16 - Projeto de lei nº 418/2021, de autoria do Deputado Tenente Nascimento e outros, que Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidade de desporto legalmente constituída nos termos do inciso IX do artigo 6º da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Emidio de Souza. Item 17 - Projeto de lei nº 427/2021, de autoria do Deputado Wellington Moura, que Inclui no Calendário Oficial do Estado o Campeonato Paulista de Karatê Interestilos. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 18 - Projeto de lei nº 577/2021, de autoria do Deputado Edmir Chedid, que Denomina "José Carlos de Oliveira" o Poupatempo, em Amparo. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 19 - Projeto de lei nº 624/2021, de autoria do Deputado Rogério Nogueira, que Institui o "Dia Estadual do Escritor Adventista". Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 20 - Projeto de lei nº 640/2021, de autoria do Deputado Rafael Silva, que Declara o Município de Ribeirão Preto "Capital do Chope e das Cervejas Artesanais" no Estado. Foi relatora a Deputada Marta Costa com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 21 - Projeto de lei nº 726/2021, de autoria do Deputado Paulo Fiorilo e outros, que Veda o uso de intervenções hostis nos espaços livres de uso público urbano no Estado. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Mauro Bragato. Item 22 - Projeto de lei nº 775/2021, de autoria do Deputado Barros Munhoz, que Estabelece prazo de validade indeterminado para laudos médicos periciais que atestem deficiências físicas, mentais e/ou intelectuais de caráter irreversível. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 23 - Projeto de lei nº 810/2021, de autoria do Deputado Frederico d'Ávila, que Denomina "Henrique Souza Fernandes" o dispositivo de acesso e retorno SPD 231/258, localizado no km 230,600 da Rodovia Francisco Alves Negrão - SP 258, em Capão Bonito. Foi relator o Deputado Wellington Moura com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 24 - Projeto de lei nº 811/2021, de autoria do Deputado Frederico d'Ávila, que Denomina "João Ghirghi" o dispositivo de acesso e retorno SPD 254/258, localizado no km 254,400 da Rodovia Francisco Alves Negrão - SP 258, em Taquarivaí. Foi relator o Deputado Wellington Moura com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 25 - Projeto de lei nº 812/2021, de autoria do Deputado Frederico d'Ávila, que Denomina "Ruy d'Ávila" a passarela para pedestres PAS 224/258, localizada no km 224,710 da Rodovia Francisco Alves Negrão - SP 258, em Capão Bonito. Foi relator o Deputado Wellington Moura com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 26 - Projeto de lei nº 865/2021, de autoria do Deputado Frederico d'Ávila, que Denomina "Dr. Clóvis Scipilliti" o túnel 1, localizado no km 7 do Rodoanel Mário Covas - SP 021, pista interna, na Capital. Foi relator o Deputado Marcos Zerbini com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 27 - Projeto de lei nº 866/2021, de autoria do Deputado Frederico d'Ávila, que Denomina "Joseph Safra" o complexo viário localizado no km 23 da Rodovia dos Bandeirantes - SP 348, no entroncamento do km 3 do Rodoanel Mário Covas - SP 021, na Capital. Foi relator o Deputado Marcos Zerbini com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 28 - Projeto de decreto legislativo nº 48/2020, de autoria da Deputada Valeria Bolsónaro e outros, que Sustenta o Decreto nº 65.337, de 07 de dezembro de 2020, que altera o Decreto nº 59.953, de 13 de dezembro de 2013, que regulamenta a imunidade, isenção, dispensa de pagamento, restituição e redução de alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. Para a deliberação do Item 29 o Deputado Mauro Bragato passou a presidência ao Deputado Delegado Olim. Item 29 - Moção nº 173/2020, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que Aplauze a exemplar atuação do Sr. Koji Takmatsu nos serviços prestados à comunidade paulista, como formador de caráter e professor de karatê de crianças e jovens de comunidades carentes na Região de Presidente Prudente. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto propondo redação final. Aprovado como parecer o voto do relator. Devolvida a presidência. Item 30 - Moção nº 216/2021, de autoria do Deputado Gil Diniz, que Aplauze os feitos valorosos dos medalhistas olímpicos brasileiros a fim de que o exemplo de mérito e superação dos nossos atletas sirva de inspiração para que cada vez mais brasileiros possam seguir seus passos e trazer orgulho para a nação. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto propondo redação final. Aprovado como parecer o voto do relator. Para a deliberação do Item 31 o Deputado Mauro Bragato passou a presidência ao Deputado Delegado Olim. Item 31 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 854/2021, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que Declara de utilidade pública a Associação Paradesportiva do Oeste Paulista - APOP, com sede em Presidente Prudente. Foi relator o Deputado Thiago Auricchio com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme voto favorável do relator. Devolvida a presidência. Item 32 – Ofício 112/2022, procedente da Câmara Municipal de Mauá, encaminhando Moção 11/2022, de Apoio à aprovação da PEC 6/2020 e Projeto de Lei 70/2021, que visam a gerar segurança jurídica aos servidores públicos civis e policiais civis e militares, bem como anistia aos policiais civis e militares que foram excluídos dos quadros de suas respectivas instituições em decorrência de processo administrativo punitivo. Foi dada ciência do ofício aos membros da comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pela Divisão de Painel e Audiofonia e cuja ata eu, João Vítor Barison de Oliveira, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 06/04/2022.

Deputado Mauro Bragato
Presidente
João Vítor Barison de Oliveira
Secretário

Debates

**31 DE MARÇO DE 2022
13ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidência: CORONEL TELHADA, FREDERICO D'ÁVILA, MAJOR MECCA e GIL DINIZ

RESUMO

- PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - FREDERICO D'ÁVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - FREDERICO D'ÁVILA
Assume a Presidência.
5 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
7 - CORONEL TELHADA
Para comunicação, faz pronunciamento.
8 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - EDNA MACEDO
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência.
12 - FREDERICO D'ÁVILA
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
14 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
16 - FREDERICO D'ÁVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - GIL DINIZ
Assume a Presidência.
18 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - FREDERICO D'ÁVILA
Para comunicação, faz pronunciamento.
20 - PRESIDENTE GIL DINIZ
Parabeniza o delegado Artur Dian pela reação em tentativa de assalto.
21 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
22 - FREDERICO D'ÁVILA
Assume a Presidência.
23 - MAJOR MECCA
Para comunicação, faz pronunciamento.
24 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
25 - GIL DINIZ
Solicita o levantamento da sessão.
26 - PRESIDENTE FREDERICO D'ÁVILA
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 01/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.
Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente na data de hoje, quinta-feira, dia 31 de março de 2022.
Vamos começar o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Professor Walter Vicioni. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.)
Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.)
Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.
Vossa Excelência tem o tempo regimental.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia; quero, da tribuna da Assembleia Legislativa, manifestar o meu total apoio à luta e, sobretudo, à greve dos servidores e servidoras de Piracicaba, que estão em estado de greve fazendo uma grande mobilização em defesa de melhores salários, melhores condições de trabalho, com uma pauta muito importante de valorização dos seus salários que estão já defasados e arrojados há muitos anos.
No entanto, Sr. Presidente, eu fiquei chocado aqui com as notícias que eu recebi dos professores e das professoras e também do próprio Sindicato dos Servidores Municipais de Piracicaba me informando que o prefeito da cidade entrou com uma ação na Justiça - olha só que absurdo - pedindo o interdito proibitório, ou seja, para impedir que haja uma manifestação amanhã, sexta-feira, às 8 horas da manhã, na frente da prefeitura, na frente ali do centro cívico.
Olha que absurdo que um prefeito tente impedir que servidores façam manifestações públicas em defesa da sua categoria, de melhores salários e melhores condições de trabalho.
É inacreditável que no ano de 2022 isso esteja acontecendo no Brasil, ou seja, essa decisão do prefeito de proibir é um atentado contra a democracia, contra a Constituição Federal, contra, Sr. Presidente, tudo que nós aprovamos na Carta Magna de 88, a livre manifestação. Ele quer impedir que as pessoas façam manifestações na frente de prédios públicos da prefeitura. Olha que absurdo, a que ponto nós chegamos.
E também ligo um artigo, que me foi enviado pelos servidores de Piracicaba, onde o prefeito joga a responsabilidade da crise, dos baixos salários, no próprio sindicato, dizendo que o sindicato é o culpado, ou seja, em outras palavras, tentando criminalizar o sindicato, que é um outro absurdo total.
Então, aqui da tribuna, eu manifesto meu total apoio, a minha solidariedade a esse importante movimento em defesa dos servidores, das servidoras e dos serviços públicos de Piracicaba. E repudio veementemente essa intenção do prefeito de atentar contra a livre manifestação dos servidores.
Quero ainda, Sr. Presidente, aqui da tribuna, aproveitar o Pequeno Expediente para também manifestar o meu total apoio e solidariedade ao movimento, à luta, também, dos servidores e

